

PANORAMA DA HABITAÇÃO SOCIAL PASSOFUNDENSE (1890-1980)
PANORAMA OF THE SOCIAL HOUSING OF PASSO FUNDO (1890-1980)

Edgar de Souza¹

Caliane Christie Oliveira de Almeida²

RESUMO

No Brasil, sucessivas gestões públicas federais, estaduais e municipais investiram vultosas somas, principalmente nos últimos 70 anos, em variados programas e políticas públicas habitacionais com o intuito de sanar o déficit habitacional no país. Porém, tais ações não conseguiram reverter este quadro ou, ao menos, o processo de exclusão socioespacial da massa trabalhadora brasileira e as condições de habitabilidade das moradias urbanas da população carente. Dentre os motivos para tanto, pode-se citar o contexto das diferentes políticas habitacionais no Brasil que foi fortemente condicionado às decisões do Governo Federal frente à economia nacional vigente e aos reflexos da economia global, beneficiando, sobretudo, as camadas da população com maior poder aquisitivo. Neste contexto, o presente artigo, que se insere na temática das políticas públicas habitacional brasileira, objetiva analisar o vínculo entre a problemática da habitação social no Brasil, as soluções governamentais dadas a questão e o processo de institucionalização das políticas no município de Passo Fundo, RS. A pesquisa se justifica essencialmente pelo reduzido número de trabalhos acerca da política pública de habitação local, como também pela importância da temática para o conhecimento da problemática habitacional atual e o próprio cenário da cidade. Para tanto foi realizada, principalmente, revisão bibliográfica e levantamento documental acerca do processo de produção e da institucionalização da concessão e do financiamento da habitação social no Brasil e os reflexos das decisões tomadas em nível federal na construção do parque habitacional de Passo Fundo.

Palavras-chave: Habitação Social. Políticas Públicas Habitacionais. Passo Fundo.

ABSTRACT

In Brazil, successive federal, state and municipal public administrations have invested large sums, mainly in the last 70 years, in a variety of public housing programs and policies with the purpose of resolving the housing deficit in the country. However, these actions did not succeed in reversing this situation, nor the process of socio-spatial exclusion of the Brazilian working population and the living conditions of

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da IMED. Integrante do Grupo de Pesquisa de Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC). Bolsista PROSUP/CAPEES. E-mail: <edgardesouza@hotmail.com>.

² Orientadora. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da IMED. Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC). Bolsista de produtividade em pesquisa da Fundação Meridional. E-mail: <caliane.silva@imed.edu.br>.

the urban dwellings of the needy population. Among the reasons for this is the context of the different housing policies in Brazil, which was strongly conditioned by the decisions of the Federal Government in relation to the current national economy and the effects of the global economy, benefiting, above all, the sections of the population with greater purchasing power. In this context, this article aims to analyze the link between the problem of social housing in Brazil, the governmental solutions given to the issue and the process of institutionalization of policies in the municipality of Passo Fundo/RS. The research is justified mainly by the small number of works about the public policy of local housing, as well as by the importance of the theme for the knowledge of the current housing problem and the city scenario itself. For this purpose, a bibliographical review and documentary survey about the production process and the institutionalization of the concession and financing of social housing in Brazil were carried out, as well as the reflections of the decisions taken at the federal level in the construction of the Passo Fundo housing stock.
Keywords: Social Housing. Housing Public Policies. Passo Fundo.

1 INTRODUÇÃO

Os diversos momentos de agravamento da crise habitacional brasileira, gerada por variados processos como o de intensa urbanização da maior parte de suas grandes e médias cidades, pelo crescimento significativo da parcela populacional de baixa renda, pela especulação da terra urbana e imobiliária, e pela insuficiência dos programas e políticas públicas de habitação frente ao crescimento vertiginoso do déficit de moradias no país, resultaram, dentre outras soluções, no aumento significativo de assentamentos irregulares, subnormais e/ou periféricos (ALMEIDA, 2012).

Nesse contexto, o presente artigo foca suas análises no município de Passo Fundo, tida como capital do Planalto Médio³ do Estado do Rio Grande do Sul, e objetiva analisar panoramicamente a problemática da habitação social no Brasil e a institucionalização das políticas públicas habitacionais no município em questão até fins da década de 1980. A pesquisa é justificada, essencialmente, pelo reduzido número de estudos e trabalhos científicos que periodize e sistematize o processo de produção do parque habitacional de Passo Fundo a partir de ações públicas. Mais precisamente, esse trabalho conforma-se como a etapa inicial do desenvolvimento da dissertação de mestrado ora em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da IMED, sob orientação da Profa. Dra. Caliane C. O Almeida.

³ Planalto Médio é uma das 11 regiões fisiográficas do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2018).

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi realizada em três etapas principais: revisão bibliográfica; levantamento documental; e cruzamento dos dados a partir das variáveis de pesquisa. Na primeira, pesquisou-se acerca do processo de produção e de institucionalização da habitação de interesse social no Brasil e no município de Passo Fundo-RS, apoiando-se, principalmente, nos estudos realizados por Almeida (2007; 2012; 2015), Nalin (2007), Passamani (2012), Cardoso *et al.* (2017), Kalil (2007), bem como naqueles desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa de Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED). Contou, no segundo momento, com os documentos oficiais (leis, decretos, etc.) para a compreensão de como a política habitacional impactou na conformação do parque habitacional de Passo Fundo, e o fato de haver semelhanças ou discrepâncias nos diferentes âmbitos federal e municipal no tocante ao financiamento e à concessão de moradias na cidade.

2 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO (1890-1980)

O contexto urbano das principais cidades brasileiras ao fim do século XIX revela um crescente inchaço de sua população ocasionado, sobretudo, pela abolição da escravatura, pela chegada de trabalhadores europeus e pela intensificação do fluxo migratório do campo em direção à cidade, em busca de melhores condições de trabalho. Diante deste quadro, deparou-se com uma série de problemas urbanos, dentre eles, o aumento da demanda por habitações, principalmente para a parcela populacional de baixa renda, conformada, em sua maioria, pela classe operária à época (ALMEIDA, 2007; 2012; CHALHOUB, 2002).

Diante deste contexto, a partir da década de 1890 até fins da década de 1920 ampliaram-se substancialmente os incentivos e a construção de vilas operárias, casas de aluguel e cortiços em todo o país, sendo o mercado imobiliário majoritariamente coordenado pela iniciativa privada (ALMEIDA, 2007). Neste período, coube ao Estado empreender iniciativas para a adequação territorial das cidades aos anseios vigentes do capital. Desta forma, realizaram-se intervenções de cunho sanitarista e higienista, tencionando a modernização da nação ao passo que se buscava uma solução a falta de infraestrutura sanitária. Tal conjuntura estava associada às precárias condições de vida e de moradia de grande parte da

população nas cidades e uma das principais causas das frequentes epidemias naquela época (ALMEIDA, 2007; 2012).

A partir da década de 1930, frente à incapacidade da ação privada em produzir moradias com valores acessíveis à classe operária, o Estado passou a fazer uso de medidas para potencializar as construções de moradias por meio, sobretudo, de financiamentos (FARAH, 1983). Este período foi marcado pela luta dos trabalhadores por melhorias nas condições salariais e amparo social. Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, o tema da habitação veio a receber uma maior atenção estatal, justificada pela política desenvolvimentista estabelecida (ALMEIDA, 2007).

Mais precisamente, as mais significativas alterações empreendidas no período Vargas frente ao panorama habitacional foram a criação das Carteiras Prediais das Caixas e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (CAPs/IAPs) e o Decreto-Lei n.58, que regulamentou os loteamentos populares, ambos de 1938. Em 1942 foi promulgado o Decreto da Lei do Inquilinato, o qual deu início à regulamentação das condições de locação imobiliária (ALMEIDA, 2012; BONDUKI, 2011). Estas ações se justificam a partir da importância adquirida pela habitação na década de 1930, pelo fato da crise por moradias ter atingido também a classe média e pela expressiva necessidade por novas soluções habitacionais (BONDUKI, 2011).

No período de 1946 a 1951, que compreendeu a gestão de Eurico Gaspar Dutra na presidência do país, instaurou-se um governo majoritariamente repressivo, que visava à desmobilização do movimento operário (FAUSTO, 2012). Porém, no setor habitacional, a política adotada ganhou vulto, pois após a Segunda Guerra mundial aumentou-se consideravelmente a produção e o investimento em moradias. Nesse contexto, foi criada em 1946 a Fundação da Casa Popular (FCP), sendo o primeiro órgão federal incumbido exclusivamente da produção de residências no país (ANDRADE & AZEVEDO, 2012). Na segunda gestão de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, o Estado, quando comparado ao governo anterior, passa a controlar de forma mais amena a questão habitacional e as medidas voltadas à construção de moradias retrocederam, tanto em relação à redução dos investimentos, quanto da construção de conjuntos habitacionais; provável reflexo do considerável aumento da inflação na época (ALMEIDA, 2007; ANDRADE & AZEVEDO, 2010).

No mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1960, de acordo com Nalin (2007), a habitação não se inseria nos planos de gestão, tendo escopo

desenvolvimentista e intencionando à modernização da sociedade. Os recursos do Estado se voltaram, principalmente, à infraestrutura urbana e regional, objetivando o desenvolvimento industrial. Este modelo entrou em crise após algumas décadas, deixando uma herança de concentração de renda, exclusão e desigualdades sócio-espaciais (NALIN, 2007).

No âmbito habitacional, frente à debilidade financeira apresentada pela FCP e pelos IAPs à época, resultaram em ações para modificar a estruturação do órgão. Primeiro, intentou-se a criação de uma carteira hipotecária, a qual posteriormente seria ampliada à escala de banco, com o objetivo de mesclar as funções da FCP ao dos IAPs. A segunda ação intentou estabelecer uma política habitacional no Brasil por meio da criação de uma estrutura institucional direcionada às questões sociais, representada pelo Ministério do Bem-Estar Social (ALMEIDA, 2007).

Conforme Almeida (2007), o agravamento da crise habitacional ocorrida ao longo das décadas de 1930 e início de 1940, definida sobremaneira pelo déficit habitacional, intensificou-se no Pós-Segunda Guerra Mundial. Resultado este do

(...) aceleração do processo de urbanização das cidades, resultante do progresso econômico alcançado durante a Guerra e das migrações decorrentes. Nesse contexto, verificou-se a elevação dos preços dos materiais de construção e a redução do número de unidades habitacionais construídas e para locação, em decorrência das Leis do Inquilinato. Outro fator que contribuiu em demasia para a exacerbação da crise no setor de moradias foi o fim do Estado Novo e a interrupção dos programas e projetos estabelecidos pelo presidente Getúlio Vargas. (...) (ALMEIDA, 2007, p. 81).

Com o fim do primeiro governo Vargas em 1945, interrompeu-se um processo institucional que caminhava para a criação de uma política habitacional sólida para o país (BONDUKI, 2002). A questão da habitação social recebeu um aspecto diferente do adotado por Vargas, sendo tratada como estratégia política, a fim de assegurar apoio eleitoral. Deste modo, algumas das consequências foram à busca intensificada por parte da própria população por soluções informais de moradia, como a casa auto empreendida, a favela e as ocupações irregulares e subnormais (ALMEIDA, 2007).

Em um cenário de instauração o do nacionalismo, os governos de Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964, intensificam a política habitacional, instituindo o Plano de Assistência Habitacional. Este plano tendenciava fortalecer a Fundação da Casa Popular (FCP) e instituir o Instituto Brasileiro de Habitação, considerado pela

historiografia especializada como o precursor do Banco Nacional de Habitação – BNH em 1964 (ALMEIDA, 2007).

O Plano Nacional de Habitação, o supracitado BNH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, foram inaugurados em 1964, integrando o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no cenário sob influência do regime militar. Foram ações visando atenuar a pressão gerada pela parcela de desempregados e subempregados e, concomitantemente, incrementar a indústria de materiais de construção (ALMEIDA, 2007).

Os recursos oriundos do BNH “(...) sustentaram a expansão urbana, nas décadas de 60 até meados dos 80 do século XX” (NALIN, 2007, p. 40), relevância justificada por Almeida (2012), a partir da perda de força dos programas governamentais com o Golpe Militar, tendo sido grande parte das atribuições da FCP e dos IAPs transferidas para o BNH. As fontes provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Pensão (SBPE) que apoiavam os programas anteriores passou a ser investida também no BNH. No entanto, salienta-se que grande parte do emprego desses recursos foi direcionado à classe média ao invés da população efetivamente necessitada de moradia, a menos abastada.

Conforme Nalin (2007), o BNH representava a presença centralizadora do Estado na produção e distribuição habitacional (Tabela 1), tendo como principal solução a construção de grandes conjuntos habitacionais. No período compreendido entre os anos de 1970 e 1974, o setor habitacional recebeu apenas 7,7% das unidades financiadas pelo BNH, configurando um total de 404.123 unidades habitacionais voltadas ao mercado médio, 76.746 unidades para o econômico e popular (NALIN, 2007). Neste contexto, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela persistência da recessão econômica, a qual culminou na crise no Sistema Financeiro de Habitação e na extinção do Banco Nacional de Habitação, em 1986 (SILVA, 1989).

PRODUÇÃO HABITACIONAL		
PROGRAMA/MODALIDADE	PERÍODO	UNIDADES HABITACIONAIS
Fundação da Casa Popular (FCP)	1946-1964	18.132
Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP)	1933-1964	123.995
Banco Nacional de Habitação (BNH)	1964-1986	4.467.329

Tabela 1: Produção Habitacional.
Fonte: (ALMEIDA, 2007), (NALIN, 2007), (FARAH, 1983) e (BONDUKI, 2011)

2 PASSO FUNDO: ORIGENS, ECONOMIA E HABITAÇÃO SOCIAL

O território gaúcho teve sua ocupação, de forma sintética, dividida em três macro períodos: o primeiro, refere-se a chegada de missões jesuíticas espanholas; o segundo, trata-se da doação de terras pela Realeza Portuguesa a militares e tropeiros ao longo do século XVIII; e o terceiro período é marcado pela chegada de imigrantes europeus em meados do século XIX ao estado. A ocupação da região onde atualmente encontra-se o município de Passo Fundo, se insere nos dois últimos períodos da ocupação do território gaúcho (PARIZZI, 1983; FERRETO, 2012; PASSAMANI, 2012).

A partir da expedição de Atanagildo Pinto Martins, em 1816, que se redescobriu o “Caminho das Tropas”, abrindo desta forma, a apropriação branca do Norte Rio-grandense. A região de Passo Fundo estava inserida nesta importante rota comercial chamada de “Caminho dos Paulistas”, servindo de passagem e descanso, por se tratar de um local seguro para os tropeiros que seguiam da fronteira sul, principalmente em direção à São Paulo. O Caminho dos Tropeiros foi o estruturador de vários vilarejos ao longo dos séculos XVII e XIX, sendo a origem de Passo Fundo e de seu crescimento até fins do século XIX. Com o caminho aberto à colonização, a região passou a receber fazendeiros provenientes de Curitiba e de São Paulo, os quais obtiveram áreas para fins de ocupação militar e se dedicavam, também, ao cultivo da erva-mate e a criação de gado (PARIZZI, 1983; FERRETO, 2012).

Foi com a chegada do militar Manoel José das Neves, popularmente conhecido como Cabo Neves, que o território de Passo Fundo teve a sua ocupação intensificada no ano de 1827. Por sua participação na campanha da Cisplatina, Cabo Neves recebeu 17.724 hectares na região norte do estado, onde fundou sua fazenda pastoril e agrícola, trazendo consigo de São Paulo a família, escravos e gado, cabendo a ele a honra de ser o “primeiro passofundense” (PARIZZI, 1983). Nesta época, Passo Fundo era o 4º Quarteirão de São Borja (PARIZZI, 1983).

A primeira autoridade de Passo Fundo foi Joaquim Fagundes dos Reis, o qual se apresentou como Inspetor de Quarteirão no ano de 1830. Em 1832, Fagundes

dos Reis e outros moradores do povoado solicitaram às autoridades eclesiásticas a permissão para edificar a primeira capela local, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Em 1834, o Inspetor passou a ocupar o cargo de Juiz de Paz, assim como o cargo de Delegado de Polícia e, neste mesmo ano, Passo Fundo foi incorporada ao território do 4º Distrito de Cruz Alta (PASSAMANI, 2012).

Posteriormente, em 1847, Passo Fundo passou a ser designada como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, por meio da Lei Provincial de 26 de outubro e, uma década depois, “pelo Ato 340 da Província, de 28 de janeiro de 1857”, conquistou a emancipação de Cruz Alta passando e se denominar Vila de Passo Fundo (PARIZZI, 1983, p. 38).

No período em que a Vila de Passo Fundo foi instalada havia aproximadamente 7.500 habitantes sendo sua economia baseada, em meados da segunda metade do século XIX, no transporte de animais à região Sudeste do Brasil, no comércio de erva-mate com o Uruguai e de pedra ágata com a Alemanha (PARIZZI, 1983; FERRETO, 2012). Ressalta-se que naquela época, a porção norte riograndense se conformava como uma das menos desenvolvidas do estado, centrada economicamente no extrativismo, pecuária e agricultura de reduzida produtividade (FERRETO, 2012).

Após a Proclamação da República, Passo Fundo foi elevada à categoria de cidade (1891), tendo a sua composição como município aos moldes republicanos iniciadas no ano seguinte, contando como primeiro Intendente o senhor Frederico Guilherme Kurtz (PARIZZI, 1983). Do mesmo modo, na última década do século XIX, ocorreram outros dois eventos importantes para o desenvolvimento econômico, alterando o quadro de estagnação da cidade, foram eles: o aumento da chegada de imigrantes europeus e a implantação da ferrovia em Passo Fundo. No primeiro caso, eram imigrantes, em sua maioria, de origem alemã, polonesa e italiana, que se inseriram como proprietários de terras ou no comércio local (PASSAMANI, 2012). Já no segundo caso, a ferrovia integrou economicamente Passo Fundo à mercados distantes, dentro e fora do estado, escoando produtos, potencializando a migração, assim como, definindo as direções de sua expansão urbana no início do século XX (FERRETO, 2012).

Além das mudanças urbanas, as dinâmicas econômicas do município sofreram alterações na primeira metade do século XX, passando da monocultura

para a policultura e mudando os meios de produção (PASSAMANI, 2012). Conforme Parizzi (1983), intensifica-se no município, em 1910, a produção de suínos e a exploração de erva-mate e madeira. Também a agricultura de subsistência sofreu mudanças, sendo substituída gradativamente pela agricultura de comércio, integrando Passo Fundo ao modelo capitalista de produção, em concordância com o cenário econômico riograndense (PASSAMANI, 2012). Segundo Ferreto (2012), a atividade agrícola era mediada por comerciantes da região, desta forma, ampliou-se as redes de comércio.

A partir da década de 1940, a agricultura passou por um processo de modernização, estimulado pela reorganização produtiva da região, estabelecendo-se a monocultura de soja e trigo e a estruturação de um complexo agroindustrial regional (FERRETO, 2012). Por outro lado, seguindo tendência nacional, a partir dos anos 1940 iniciou-se o processo de êxodo no espaço rural passofundense, acarretando aumento substancial da população urbana e muitas transformações na organização social, econômica e urbanista da cidade (PASSAMANI, 2012). De acordo com Passamani (2012), a concentração fundiária seria um fator que impulsionou a urbanização de Passo Fundo nesta época.

Em meados do século XX, também surgiram na cidade algumas vilas operárias em resposta à falta de moradias, tais como a Vila Operária Z. D. Costi e a Vila Operária Planaltina, ambas vinculadas aos frigoríficos de mesmo nome, localizadas no bairro São Cristóvão (TEDESCO e SOUZA, 2016). Vale ressaltar que o estudo do impacto das vilas operárias na conformação do parque habitacional passofundense está sendo realizado pelo bolsista Pedro Henrique Diniz, membro do grupo THAC, também orientado pela Prof. Dra. Caliane Christie Oliveira de Almeida.

Segundo dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), em 1940 aproximadamente 74% da população passofundense vivia na área rural, totalizando 59.554 pessoas. Esse número reduziu drasticamente após o processo supracitado, sendo que na década de 1960 aproximadamente 54% da população já se encontrava na área urbana. Ademais, de acordo com Passamani (2012), para inúmeras famílias a saída do campo criou situações de subemprego e desemprego, visto que essa parcela populacional não possuía mão de obra qualificada fora do campo, fato que alterou a estrutura urbana e demográfica de Passo Fundo.

Não restam dúvidas de que as mudanças ocorridas na economia municipal refletiram sobremaneira na estrutura demográfica de Passo Fundo, alterando um cenário de população predominantemente rural para uma população majoritariamente urbana, no presente. Essa população residente no espaço urbano, “ao não ser satisfeita em suas necessidades [cotidianas], viu-se empobrecida” nas últimas décadas (MONTROYA, 1993, p. 60).

Analisando esse breve resumo da estruturação econômica/urbana de Passo Fundo, pode-se inferir que o município possui atualmente um *status* de capital regional devido ao seu crescimento populacional e econômico, bem como sua influência regional e mundial, observada por Ferretto (2012). Desta maneira, a cidade qualifica-se como um mesopolo agropecuário, com o setor de serviços produtivos desenvolvidos, especializações em indústrias e significativa pobreza urbana, perfazendo um polo de serviços que dependente da demanda regional, baseada na produção e na renda do setor primário (GELPI e KALIL, 2010).

Atualmente, Passo Fundo possui aproximadamente 200 mil habitantes e conta com 22 setores/bairros (IBGE, 2010). Segundo Passamani e Reis (2013), destes 22 bairros, 5 podem ser considerados aglomerados subnormais⁴, sendo eles: Beira dos Trilhos, vinculado ao Setor 3; Cruzeiro, Setor 6; Entre-Rios, Setor 4; Lucas Araújo, Setor 7, e Xangrilá, Setor 9, somando um valor aproximado de 2.500 pessoas. Como pode-se perceber, no processo de urbanização desordenada que ocorreu na cidade e, de modo geral, no Brasil todo, a questão da política habitacional conforma-se como uma das principais necessidades da população.

Destaca-se que até os anos 1960, a política habitacional em território passofundense se mostrava tímida e estava vinculada aos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, bem como à Fundação da Casa Popular, resultando em um número pequeno de edificações populares construídas (SILVA, 2006). Entretanto, de acordo com Passamani e Reis (2013), a partir de 1964 ocorreram algumas alterações que transformaram as dinâmicas da política habitacional na cidade, principalmente devido ao fato de que o Banco Nacional da Habitação (BNH) passou a assumir o setor, construindo inúmeras moradias populares através das Companhias de Habitação (COHABs).

Seguindo as tendências presentes no cenário nacional, a política de habitação que estava sendo inserida em Passo Fundo tinha como característica

⁴ Aglomerados urbanos irregulares por não estarem previstos em lei, onde encontram-se assentamentos e habitações populares que apresentam condições perversas de moradia e de vida (PASSAMANI E REIS, 2013).

ocupar glebas distantes do centro tradicional (Figura 01), fato que propiciou o surgimento de novos bairro, tais como a Planaltina, Edmundo Trein, Luis Secchi, Lucas Araújo e o bairro José Alexandre Zácchia, o último conjunto habitacional realizado pela COHAB/RS (PASSAMANI, 2012). Entretanto, nos anos seguintes a realidade da habitação popular em Passo Fundo se transformou devido ao declínio de investimentos no setor, causado pela falência do BNH na década de 1980.

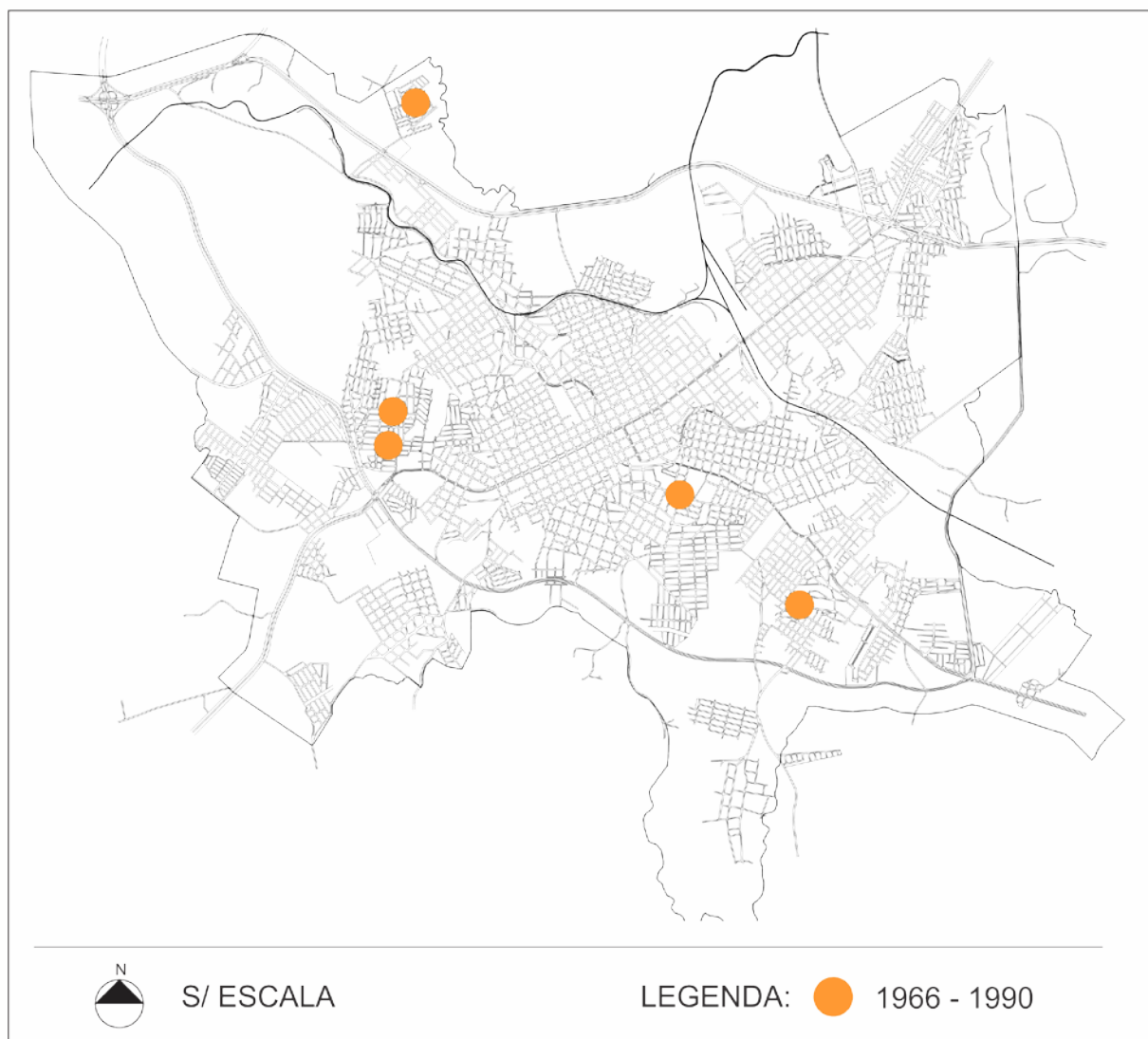


Figura 01: Distribuição dos programas habitacionais em Passo Fundo.
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Kalil (2007), 2018.

No que tange o aspecto da localização espacial das iniciativas públicas em relação às de natureza privada, percebe-se que, no primeiro caso, a esmagadora maioria encontra-se em regiões distantes do núcleo urbano, enquanto as privadas estão implantadas mais próximas ao centro tradicional (PASSAMANI, 2012). Como dito anteriormente, esse fator demonstra que a população menos abastada, em

decorrência do processo de urbanização desordenado, distribui-se às margens da malha urbana, proliferando vilas e loteamentos periféricos que denunciam a segregação sócio-espacial que vive grande parcela da população passofundense.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos governos no Brasil aplicaram significativo volume financeiro, principalmente nos últimos 70 anos, em alguns programas e projetos habitacionais. Por outro lado, essas ações se mostram ineficientes no sentido de reverter o processo de exclusão socioespacial dos trabalhadores em nosso país. Dentre os motivos para isso, pode-se citar o contexto das diferentes políticas habitacionais, o qual foi fortemente condicionado às decisões do Governo Federal frente à economia nacional vigente e aos reflexos da economia global, beneficiando as camadas com maior poder aquisitivo.

A partir da análise do processo histórico de institucionalização da habitação social no contexto brasileiro e no município de Passo Fundo, conforme apresentado por Kalil (2007), Passamani (2012), Silva (2006) e Ferreto (2012), as políticas habitacionais implantadas no município de Passo Fundo até 1960 se mostravam tímidas e fortemente vinculadas à Fundação da Casa Popular (FCP) e aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), diferindo do cenário nacional, em especial, vivenciado em capitais do Sudeste e do Nordeste. Contudo ainda não há estudos que efetivamente comprovem tal contexto, o qual será estudado na dissertação de mestrado do autor deste trabalho. A partir de 1964 até fins da década de 1980, o parque habitacional foi sendo construído em consonância com as políticas habitacionais implantadas pelos diferentes Governos Federais, porém, diferentemente às principais cidades brasileiras, com intensidade e proporção de uma cidade média, sendo a localização espacial dos empreendimentos públicos, igualmente implantados nas regiões periféricas ao centro urbano, tendendo a ampliar a desigualdade socioespacial das classes carentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Habitação social do Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)**. 2012. 295p. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAUSC), Universidade de São Paulo. São Carlos, 2012.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Habitação social: origens e produção. (Natal, 1889-1964)**. 2007. 235f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FERRETTO, Diogo. **Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha**. Biblioteca digital de teses e dissertações da USP. São Paulo. 2012. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-17072012-143123/pt-br.php>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil**. Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, 2013.

GELPI, Adriana; KALIL, Rosa M. L. **Habitação de interesse social & sustentabilidade urbana: analisando estudo de caso em Passo Fundo- RS**. 2010. Disponível em: <http://www.joaobn.com/chis/Artigos%20CHIS%202010/083%20-%20A.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

KALIL, Rosa M. L. **Produção da habitação social em Passo Fundo (RS): Processo histórico e situação atual**. VII Encontro de teoria e história da arquitetura. Passo Fundo, 2007.

NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre**. 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo: sua história e evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1983.

PASSAMANI, Lzandra Hoffmann. **Pobreza urbana: as condições de habitação popular no município de Passo Fundo/RS**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, G. J. O. **O direito à moradia adequada: a (in)efetividade nas ocupações urbanas em áreas de risco** – o Beira Trilho de Passo Fundo. São Leopoldo, 2006.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política Habitacional: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

TEDESCO, João Carlos; SOUZA, Sirlei de Fátima. **Frigoríficos e olarias em Passo Fundo: dinâmicas industriais em sinergias - 1940 a 1980**. Erechim: All Print Varella, 2016.